



# IV SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA “Educação Pública em Tempos de Reformas”

**Dourados - MS, de 09 a 11 de Setembro de 2019**

## **SISTEMA APOSTILADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE UM MUNICÍPIO DE MATO GROSSO DO SUL**

Andréa Maria Capalbo Pereira<sup>1</sup>

Nadia Bigarella<sup>2</sup>

**Eixo 7**–Políticas Educacionais

### **RESUMO**

Este artigo faz parte de uma pesquisa de mestrado em andamento. Tem objetivo de investigar o sistema apostilado na Educação Infantil em um município de Mato Grosso do Sul. Propensão observada no estado de São Paulo, que vem se replicando em todos os estados brasileiros. Esse sistema tem como característica as parcerias público-privadas, tendência que se instaurou com as políticas de municipalização, após a promulgação da Constituição de 1988. Por meio de uma pesquisa documental, bibliográfica e teórica com base nos autores Adrião, Peroni(2015), Cury(2009), Azevedo(2009) e Militão(2012). Como também se buscou auxílio em duas teses e uma dissertação relacionadas à temática. O percurso investigativo mostrou que os municípios perderam o auxílio dos entes estaduais e da União na partilha financeira para com a Educação Infantil, arcando com esse ônus e sem tempo para se prepararem e assumirem, praticamente sozinhos, a responsabilidade pela educação básica. Esse fato fez com que a maioria dos municípios brasileiros optassem pelas parcerias públicos privadas, porque não conseguem atender a todos os alunos das creches por e pré-escolas. Por isso acham conveniente abrir editais que chamam as instituições privadas para resolver seus

---

<sup>1</sup>Aluna de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado em Educação e do Curso de Pedagogia da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Pedagoga (FUCMAT) e especialista em Gestão em Educação(Instituto Damásio) e professora de acompanhamento escolar para alunos do Ensino Básico. amcpereira31@gmail.com

<sup>2</sup>Doutora e Pós-Doutora em Educação. Professora e vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado em Educação e do Curso de Pedagogia da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). E-mail: nadia@ucdb.br

problemas. Essas instituições vendem todo o sistema apostilado, que inclui manual e treinamento de professores, avaliações e provas, suporte para a gerência administrativa da escola, e até apoio pedagógico.

**Palavras-chave:** Política Educacional; Sistema apostilado de Ensino; parceria público-privada

## INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma pesquisa de mestrado em andamento, que discute a adoção desse Sistema Apostilado de Ensino na Educação Infantil, em uma Rede Municipal de Ensino de Mato Grosso do Sul, cujo município apresenta condições favoráveis ao desenvolvimento como, padrão de vida considerado elevado, população, de maioria jovem, possuindo um modelo de vida de qualidade representados pela saúde, renda e educação. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,2017,s/p) publicou que esse município contabilizou uma nota 5,5 no IDEB, colocando-o em 16<sup>o</sup> posição no estado.

Por meio de uma pesquisa documental, busca-se investigar a aquisição dos “sistemas apostilados de ensino” produzidos por grandes editoras, vem-se tornando crescente, principalmente após a aprovação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A agilidade em providenciar o material adaptado às novas mudanças pelos sistemas apostilados ganhou espaço em detrimento do atraso da entrega do material pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). Isto fez com que escolas da rede municipal tivessem que optar pela compra imediata do material apostilado.

As Secretarias de Educação fazem um Termo de Colaboração para o período de dois a três anos , sempre renováveis, por meio de um edital de chamamento público da Secretaria Municipal de Educação, que visa a celebração de parceria público-privada estabelecida entre a administração pública municipal e a iniciativa privada, para atendimento da primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil, das crianças de zero a quatro anos de idade. Geralmente os recursos são provenientes do Fundo de Educação.

## DESENVOLVIMENTO

Em virtude das perspectivas descentralizadoras, nas quais os municípios tornaram-se responsáveis pela Educação Básica, e com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) (Emenda Constitucional n. 14/1996), as escolas tornaram-se nichos de interesses aos grandes grupos que vislumbram lucros por meio da venda do sistema apostilado de ensino. Além disso, de acordo com Adrião et al.(2009) [...] essa compra representa mais do que a simples aquisição de materiais didáticos, dado se tratar de estratégia por meio da qual o setor privado amplia seu mercado[...] e

[...] passam a incidir sobre o desenho político educacional local e sobre a organização do trabalho docente e administrativo desenvolvido em cada uma das unidades de ensino da rede pública, razão pela qual se tornam parceiras dos governos municipais(ADRIÃO et al,2009,p.802)

Essas parcerias ocorrem por meio de edital de chamamento público que propõe uma seleção para, pelo menos uma, Organização da Sociedade Civil interessada em formalizar termo de colaboração para execução do Projeto Técnico de atendimento a Educação Infantil a crianças de zero a 4 (quatro) anos de idade. Geralmente, tem as seguintes finalidades: o acesso à educação infantil de crianças de zero a quatro anos de idade; a expansão da educação infantil com qualidade de acordo com as peculiaridades locais; expandir a oferta de matrículas gratuitas para crianças com idade de zero a quatro; subsidiar o atendimento a educação infantil.

Esses termos de colaboração constam de diversos tipos de parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSCs), desde prestação de serviços educacionais, conforme as necessidades da prefeitura, até a vigência de 12 meses a 24 meses, renováveis, por meio de aditivos contratuais, por mais 12 meses. A maioria exige adequação das propostas aos objetivos da política municipal em que será inserida a parceria que é publicada em um edital.

Para Adrião e Garcia (et al, 2009c) “[...] parceria, é vista como um conjunto de responsabilidades compartilhadas ou transferidas do setor público para a instituição privada, bem como a centralidade das atividades previstas nesta transferência” e como “[...] as prefeituras não conseguem atender a toda a demanda por creches e

pré-escolas, elas acabam por fazer convênios com instituições privadas para suprir a procura” (ANGELO, 2018,p.28).

O Sistema Apostilado foi uma prática adotada nos anos de 1950 em muitos cursos preparatórios alegando-se ser mais prático, dinâmico e mais coerente com a realidade que se vivia na educação brasileira (MOTTA,2001, p.82,) e complementa que o apostilamento oferece aos alunos aulas com textos explicativos, todavia

[...] não dão margem a analogias e, conseqüentemente, a uma discussão mais aprofundada. Os exercícios propostos ao final de cada aula servem apenas para testar o conhecimento “dito mais importante”, segundo a perspectiva do sistema. O mais grave é a impressão que as apostilas passam de que esta maneira de organizar o conhecimento é mais “prática”, dando a sensação de que todo o conhecimento a ser atingindo está contido naquelas poucas páginas(MOTTA,2001, p.87)

O histórico das apostilas no ensino público brasileiro está atrelado à ideia de sucesso das escolas particulares, e assim de acordo com Amorim (2008, p. 37)

Com o passar dos anos as apostilas ganharam um status de superioridade em relação aos demais tipos de materiais didáticos impressos, tornando-se símbolo de uma educação elitizada, dirigida às classes que dispunham de meios financeiros para arcar com o que de melhor havia em termos de educação.

Ainda para o mesmo autor, o apostilamento “[...] contribui para a tutela e a adaptação social” (MOTTA. 2001, p.87), uma mercadoria oferecida pelo mercado educacional, transformando a educação como direito em serviços que podem ser negociados pelo Estado. A educação “[...] como bem da humanidade, deveria ser socializada como um bem público pertencente a todos [...]” (ANGELO, 2018,p.25)

Para Adrião (2017a) a mercadorização da educação, conhecida como “*Edu business*” está cada vez mais influenciando cenário brasileiro, fragilizando os sistemas públicos de ensino com a

[...] aplicação de sistemáticas de avaliação desses mesmos sistemas; procedimentos de formação em serviço de educadores (professores e gestores); qualificação de assessorias técnicas e jurídicas de esferas governamentais incluindo formas de supervisão das atividades de ensino desenvolvidas pelas escolas(ADRIÃO,2017)

Ainda de acordo com a autora, essas empresas não estão preocupadas em vender apenas as apostilas, mas sim, todo o sistema apostilado, como uma solução

para todos os problemas que a escola pode vir a ter. O sistema inclui manual e treinamento de professores, avaliações e provas, suporte para a gerência administrativa da escola, e até apoio pedagógico via plataformas virtuais em que alunos e responsáveis podem acessar por meio de seu login e senha.

Trazendo nosso foco para a Educação Infantil, “A Constituição de 1988 foi marco na história da Educação Infantil no Brasil, uma vez que reconheceu a educação de 0 a 6 anos como um direito da criança” (ALVES, 2016, p. 65)

Em se tratando da educação infantil a adoção dos sistemas privados de ensino além de acentuar a não autoria do professor sobre o seu trabalho, ao se pautar na padronização das atividades, rotinas e conteúdo, pouco dialogam (quando o fazem) com expectativas e necessidades dos grupos específicos de crianças pequenas (ADRIÃO; DAMASO, 2013, p. 454)

Essas apostilas para a educação infantil, também são produzidas de forma padronizada, desrespeitando a individualidade e o contexto familiar de cada criança, uma vez que chega até a escola como um produto pronto e acabado. “Para a criança, só resta preencher e completar – geralmente nada do que está fora da apostila vira tema a ser discutido nas aulas” (ANGELO, 2018, p. 42).

Conforme a Lei Federal no 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que regulamentou a Educação Infantil no Brasil definindo-a como a primeira etapa da educação básica e garantindo-lhes direitos que complementam o trabalho da família e da comunidade,

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade

Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade (BRASIL, 1996)

## REFERENCIAL TEÓRICO

Com a finalidade de fazer uma melhor discussão sobre a temática, recorreu-se a pesquisas de Thereza Adrião, que expõe suas críticas às ideias de privatização da educação básica e às mudanças que estas ocasionam na educação pública. Que

compactua da ideia de Vera PERONI,(2015,p338)[...] “ vivemos em uma sociedade de classes em que sociedade civil e Estado são perpassados por interesses mercantis” , que apresenta a parceria público-privado em sua pesquisa mais recente onde traz um questionamento das “ Implicações da relação público-privada para a democratização da educação?”

Carlos Eduardo Motta, em 2009 desenvolveu um projeto de pesquisa que investigou a municipalização dos anos iniciais do Ensino Fundamental, os municípios passaram a representar um rico filão para a comercialização de produtos e de serviços educacionais, a serem utilizados nas escolas municipais. A variedade de tais acessórios oferecidos é ampla, compondo uma extensa lista, e diariamente uma verdadeira legião de vendedores bate às portas das Secretarias Municipais da Educação na expectativa de realizar um bom negócio.

Silvio César Nunes Militão (2012), que coordenou o Projeto intitulado “Organização do trabalho pedagógico na escola pública: limites e possibilidades num sistema apostilado de ensino”,desenvolvido via Programa Núcleo de Ensino – Prograd/UNESP da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente , que buscava identificar/analisar possíveis relações entre o contemporâneo processo paulista de municipalização do ensino fundamental, a crescente tendência de adoção de sistemas apostilados de ensino privados por parte considerável das administrações municipais do Estado de São Paulo, bem como suas implicações na autonomia escolar e docente.

José Antulio de Azevedo (2009,s/p) contextualiza que a fragilidade na educação dos pequenos municípios os submetem à astúcia das empresas privadas que prometem a reversão da situação, ao adotarem o sistema de ensino apostilado, ao qual, Azevedo chamada de “Privatização da Escola Pública” . E ainda desmerecendo o sublime papel do professor que deixa de preparar suas aulas à mercê da assessoria didático-pedagógica da empresa “As apostilas dos sistemas de ensino são elaboradas para atender a um coletivo de escolas de diferentes Municípios, como se todas fossem iguais, ignorando a diversidade sócio cultural que permeia cada comunidade local” (AZEVEDO, 2009, p. s/p)

No documento encaminhado por Dermeval Saviani para a Conferência Nacional de Educação (CONAE) há vários elementos importantes para a compreensão de sistema como partilha,

[...]sistema só pode ser público, já que uma de suas características é a autonomia, o que implica normas próprias que obrigam a todos os seus integrantes. E, obviamente, somente o Estado, isto é, o poder público tem a prerrogativa de definir normas que obrigam a todos[...](SAVIANI,2010,p381)

Outro autor com é Carlos Roberto Jamil Cury(2002, p.180) que alerta para o recuo dos entes estaduais e da União na partilha financeira para Educação Infantil, deixando este ônus aos municípios.

## **PRODUÇÃO CIENTÍFICA: CONSTRUINDO O ESTADO DE CONHECIMENTO**

Ainda em construção, nesta primeira fase, para delimitação da temática, com objetivo de fazer um levantamento das teses e dissertações que discutem a temática, para futuramente organizar o estado do conhecimento foram escolhidas as seguintes produções:

No Estado de São Paulo proliferaram teses e dissertações investigando da temática. Da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Ivair Fernandes de Amorim, em 2008, faz um link entre os livros didáticos e apostilas, trazendo as convergências e divergências de suas utilizações.

Apresenta um histórico da didática desde Comenius até as primeiras empresas privadas de sistemas apostilados, quando ainda eram usadas em cursinhos preparatórios para vestibulares. Já Alessandra Aparecida Cain, em 2014, apresenta uma preocupação mais direta em relação ao uso do sistema apostilado na educação Infantil, questionando a sua utilização, discute o contexto do sistema apostilado de ensino em escolas de rede pública do Estado de São Paulo, por meio do processo de apostilamento iniciou-se bem antes que no Mato Grosso do Sul, servindo-nos como referência.

Também apresenta conceitos de sistemas apostilados, parceria público-privado e os elementos históricos do processo da municipalização da educação básica que vem acontecendo desde a Constituição de 1988.

Outra tese é do Programa de Pós-Graduação em Educação e Doutorado em Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, Alesandra Maia Lima Alves, defendeu “Trajetória Das Políticas Públicas De Educação Infantil No Município De Juiz De Fora No Período De 1996 A 2013” no ano de 2016, em Juiz de Fora. Seu estudo foi atraente por apresentar toda a trajetória da Educação Infantil, desde seu surgimento na Europa até os dias atuais no contexto brasileiro com todos seus trâmites e desafios legais. Trazendo concepção da dicotomia ‘cuidar “e “educar”’.

Julia de Souza Delibero Ângelo, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), defendida em 2018 com o tema “Sistema Apostilado e Educação Infantil: o ensino como negócio” Foi um trabalho de grande ajuda por discutir a parceria público-privado do Sistema Apostilado nas escolas de Ensino Infantil, com muitas concepções importantes como Educação Infantil, o que deve ser levado em consideração na educação de 0 a 4 anos que se perdeu nesse processo abrupto da municipalização, em que os municípios não tiveram tempo de se prepararem para a função.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesse momento da investigação, conforme a fundamentação teórica estudada, pôde-se perceber que as parcerias público-privado do Sistema Apostilado nas escolas de educação infantil, se alastrou pelo Brasil, paralelamente ao processo da municipalização da educação básica que vem acontecendo desde a Constituição Federal de 1988, sem dar tempo para os municípios se prepararem para essa função.

O Sistema Apostilado oferece vários atrativos, tais como: modelos de avaliação, formação para os professores, qualificação técnicas e jurídicas e formas de supervisão e apoio nas atividades que deverão ser desenvolvidas pelos docentes no período de aulas.



Todavia, as apostilas, ao longo do tempo começam a ser entendidas como a resolução ideal para os problemas da educação infantil, ganhando posição superior a qualquer outro material didático.

## REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. **A privatização dos processos pedagógicos**: Grupos editoriais e os negócios na educação básica. In G. MARINGONI, *O Negócio da Educação. As Aventuras das Universidades Privadas na Terra do Capitalism sem Risco*. São Paulo: Olho D'água e Fepesp, 2017, p.129-144.

ADRIÃO, T.; DAMASO, A.; GALZERANO, L.S. **A adoção de sistemas privados de ensino em escolas públicas de educação infantil**: reflexões a partir do perfil dos professores. *e-curriculum*, 434-460. Revista e-Curriculum, São Paulo, n.11 v.02 ago. 2013, Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC/SP

ADRIÃO, Thereza Maria de Freitas et al **Uma modalidade peculiar de privatização da Educação Pública**: A Aquisição de "Sistemas de ensino" por municípios Paulistas. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.30, n. 108, p.799-818, out.2009

AMORIM, I. F.. **Reflexões críticas sobre os sistemas apostilados de ensino**. 2008 192fl Dissertação de Mestrado em Educação: UNESP. Araraquara, 15 set 2008

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. **Educação Infantil**: discurso, legislação e práticas institucionais. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 194p.:il

ANGELO, J. de A. **Sistema Apostilado e Educação Infantil**: o ensino como negocio. 2018. 117fl. Tese de Doutorado em Educação. PUC-SP São Paulo, SP

AZEVEDO, A. j. **O sistema de ensino apostilado e a privatização da Escola Pública**. Revista eletrônica, 2009. Editora FAEF. acesso em: abr. 2019, : <http://faef.revista.inf.br>

BIGARELLA, N.; LEWANDOWSKI, A.G. **Os documentos como provas da história da sociedade, das suas contradições, conflitos e movimentos que influenciam as ações educacionais**. Revista Cuadernos Chilenos de Historia e de la Educación. n 7. Santiago do Chile, julho 2017. p.121-130. Disponível em: [www.historiadelaeducacion.cl](http://www.historiadelaeducacion.cl), acesso em 01 de junho de 2019.

BRASIL MEC. Ministério da Educação e Cultura 1998. acessado em abril de 2019, disponível no portal do MEC: <http://portal.mec.gov.br>

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. (1988). Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico., 1988

BRASIL, CNE/CP Lei 9394/96- Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional dezembro de 1996. Disponível em [www.planalto.gov.br.](http://www.planalto.gov.br), acessado em 25 mai. 2019.

CAIN, A. A. **A organização do trabalho pedagógico na escola e o sistema** 2014 330fl Tese de Doutorado. em Educação Escolar- Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Campus de Araraquara, SP, Brasil.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, **Apostilamento de documentos estrangeiros. Ministério das Relações Exteriores.** Brasília, DF, 2016.

GARCIA, Teise.; ADRIÃO, Thereza.M.F. **Sistema apostilado de ensino.** In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

CURY, C. R.. **A educação Básica no Brasil.** Educ.Soc., Campinas, vol.23,n.80 p.168-200, set 2002,

KRAMER, S.. **As crianças de 0 a 6 anos nas políticas** Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out. 2006

MATO GROSSO DO SUL. **Plano Estadual de Mato Grosso do Sul.** (PEE-MS). Disponível em: [www.sed.ms.gov.br](http://www.sed.ms.gov.br), acesso em 04 de junho de 2019

MOTTA, C. E.. **Industria Cultural e o sistema Apostilado: A lógica do Capitalismo.** *Cadernos Cedes* . ano XXI, nº 54, ago 2001

PIANA, M. C. **As políticas educacionais: dos princípios de organização à proposta da democratização** disponível em Scielo Books: <http://books.scielo.org> acessado em abril 2019

PND. (2019). *FGV CPDOC.* acessado em 04 de maio de 2019, disponível em FGV: [www.fgv.br](http://www.fgv.br)

SAVIANI, D.. **Fundamentos Ontológicos e históricos** *Revista Brasileira de Educação* maio/ago 2010, disponível em Scielo: [www.scielo.br](http://www.scielo.br) acessado em 27 mai. 2019

SOUZA, D. B. **Reforma do Estado, Descentralização e Municipalização do Ensino no Brasil:.** *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v.12, n.45, p. 925-944, out./dez. 2004